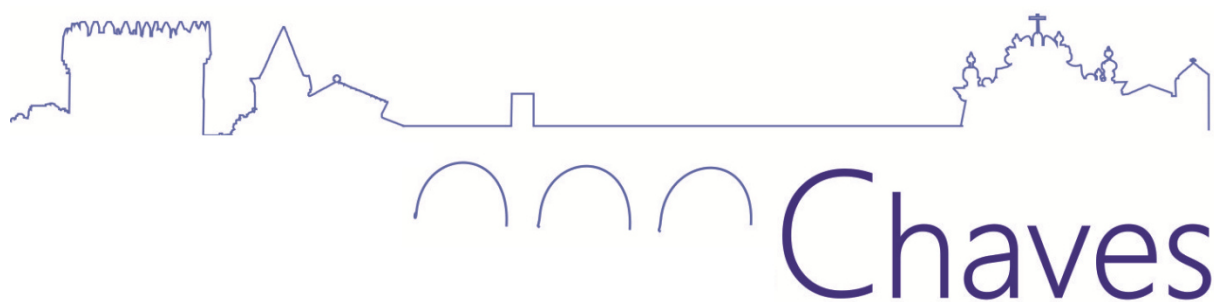




Câmara Municipal de Chaves

Relatório da Proposta de Orçamento 2020





Índice

I - ENQUADRAMENTO POLITICO-ECONÓMICO	2
1.1 - Conjuntura Económica Nacional - Perspetiva Futura	2
1.2 - Prioridades estratégicas do Município	5
1.2.1 – Nota prévia	5
1.2.2 - Objetivos	6
II - MAPAS ANEXOS E RESPETIVA ANÁLISE	13
2.1 - O Orçamento	13
2.2 - Orçamento da Receita	16
2.2.1 – Receita Corrente	16
2.2.2 – Receita de Capital	21
2.3 – Orçamento da Despesa	22
2.3.1 – Despesa Corrente	22
2.3.2 – Despesa de Capital	27
2.4 – Plano Plurianual de Investimentos	31
III – QPPO, MAPA DE EMPRÉSTIMOS, MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E MAPA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	36
3.1 – Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO)	36
3.2 - Mapa de Empréstimos	36
3.3 – Mapa das Responsabilidades Contingentes	36
3.4 – Mapa De Equilíbrio Orçamental	36
IV – OUTROS DOCUMENTOS	37
4.1 – Articulado do Orçamento	37
4.2 – Orçamento das Entidades Participadas	37
4.3 – Mapa das Entidades Participadas – Societárias e não Societárias	37
4.4 – Normas de Controlo Interno	37
4.5 – Plano de Prevenção de Riscos de gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas	37
4.6 – Mapa de Pessoal	37
4.7 – Regulamento Interno – Descrição de Funções, Atribuições e Competências	37



I - ENQUADRAMENTO POLITICO-ECONÓMICO

1.1 - Conjuntura Económica Nacional - Perspetiva Futura

De acordo com fonte do Banco de Portugal, a atividade económica em Portugal deverá continuar a expandir-se em 2019, ainda que a um ritmo inferior ao observado no passado recente.

Após um crescimento de 2,4% em 2018, o produto interno bruto (PIB) deverá crescer 2% em 2019 e o crescimento projetado para Portugal verifica-se superior em 0,9 pp ao estimado pelo Banco Central Europeu para a área do euro. Este diferencial de crescimento positivo, que se observa desde 2016, deve ser enquadrado numa perspetiva mais longa. De facto, nos últimos 25 anos o PIB *per capita* português, não se aproximou dos valores médios observados na UE. Num contexto de abrandamento da atividade mundial e, de forma mais marcada, do comércio mundial, estima-se que as exportações de bens e serviços cresçam 2,3% em 2019, depois de terem aumentado 3,8% em 2018. Os exportadores portugueses deverão continuar a registar ganhos de quota nos mercados externos, sobretudo nos setores do turismo e de produção automóvel.

As importações deverão crescer 4,6% em 2019 (menos 1,2 pp do que no ano anterior), num contexto de ligeiro abrandamento da atividade económica.

Projeta-se que a formação bruta de capital fixo suba 7,2% em 2019, após um crescimento de 5,8% no ano anterior. O maior ritmo de crescimento reflete o comportamento da construção, influenciado pela execução de alguns projetos de infraestruturas de grande dimensão, nalguns casos associados a investimento público e beneficiando de financiamento europeu.

O consumo privado deverá crescer 2,3% em 2019, uma evolução mais moderada do que a observada no ano anterior (3,1%) e mais próxima do crescimento do PIB, refletindo a evolução do consumo corrente e dos gastos em bens duradouros.

A economia portuguesa deverá apresentar, no final de 2019, uma capacidade de financiamento, medida pelo saldo da balança corrente e de capital, equivalente a 0,5% do PIB, um valor inferior ao do ano anterior (1,4% do PIB).

As projeções apontam para que as condições no mercado de trabalho continuem a melhorar, mas a um ritmo menor. O emprego deverá aumentar 0,9% (menos 1,4 pp do que no ano anterior). A taxa de desemprego, que em 2018 foi de 7%, deverá continuar a diminuir, atingindo 6,4% em 2019. Os salários deverão acelerar, num contexto de redução dos recursos disponíveis no mercado de trabalho.



A inflação, medida pela taxa de variação do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), deverá situar-se em 0,4% em 2019, o que compara com 1,2% no ano passado.

Ainda não é conhecida a Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2020, contudo, já foi anunciado que o Projeto de Plano Orçamental 2020, foi apresentado, pelo Governo, à Comissão Europeia o Projeto de Plano Orçamental para 2020, num cenário de políticas invariantes, sabendo-se que este ano se enquadra num contexto particular, uma vez que coincide com um período pós-eleitoral, de final de legislatura.

O Projeto de Plano Orçamental assenta num cenário de continuidade das políticas atuais, sem qualquer nova orientação política para 2020, em conformidade com o respetivo enquadramento regulamentar do Parlamento Europeu e do Conselho. Por este motivo, tal projeto de plano orçamental não corresponde a uma proposta de Orçamento do Estado para 2020.

O cenário macroeconómico subjacente ao Projeto de Plano Orçamental para 2020 mantém a projeção de 1,9% para o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, tal como consta do Programa de Estabilidade 2019-2023, publicado em abril deste ano.

Esta projeção representa uma desaceleração face a 2018, incorporando uma moderação do crescimento do consumo privado, um abrandamento do crescimento das exportações, e uma aceleração do crescimento do investimento. A diminuição do ritmo de crescimento das exportações reflete um contexto de desaceleração dos nossos principais parceiros económicos, o que se traduz num impacto na procura externa dirigida a Portugal.

Para 2020, o cenário macroeconómico subjacente ao Projeto de Plano Orçamental prevê uma ligeira aceleração do crescimento do PIB para 2%. Esta projeção assenta na antecipação de uma recuperação do crescimento económico na área do euro, em linha com as previsões de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional.

A recuperação do crescimento na área do euro, principal parceiro comercial de Portugal, deverá refletir-se numa aceleração da procura externa e, portanto, do crescimento das exportações. A economia portuguesa tem-se manifestado relativamente resiliente à desaceleração da área do euro e deverá, também por isso, ter boas condições para beneficiar de uma melhoria na conjuntura internacional.



A aceleração do crescimento do investimento público (9,7% em 2019 para 16,2% em 2020) deverá ainda contribuir positivamente para o aumento do ritmo de crescimento da economia.

No que respeita às contas públicas, e uma vez mais considerando que se trata de um cenário de políticas invariantes, o Projeto de Plano Orçamental submetido à Comissão Europeia incorpora a nova base de contas nacionais divulgada recentemente pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e projeta para 2020 uma evolução das contas públicas consonante com a previsão de crescimento económico supracitada, bem com o impacto orçamental de todas as medidas políticas já adotadas no Orçamento do Estado para 2019.

Em 2020, o Projeto de Plano Orçamental prevê uma evolução da receita em linha com o crescimento nominal do PIB, enquanto que a despesa pública evolui de forma consentânea com os compromissos políticos assumidos ao longo da legislatura que agora termina.

Salienta-se aqui o impacto orçamental decorrente da fase final do processo de descongelamento das carreiras da Administração Pública; os projetos de investimento público, entretanto autorizados e, nalguns casos, já em execução; e o crescimento das prestações sociais decorrente do reforço da prestação social para a inclusão, do subsídio de parentalidade e do abono de família.

A proposta de lei do Orçamento do Estado para 2020 deverá ser apresentada de forma oportuna, pelo Governo, à Assembleia da República, dentro do prazo de 90 dias a contar da data da sua tomada de posse.



1.2 - Prioridades estratégicas do Município

Linha de estratégia para o novo ciclo de desenvolvimento (2017 – 2021)

1.2.1 – Nota prévia

No pretérito dia 1 de outubro de 2017, os flavienses expressaram claramente que desejavam um novo caminho para a cidade e o concelho.

Esse novo caminho obrigou a uma alteração das estratégias de investimento seguidas pela autarquia até a essa data, as quais desejamos que decorram de forma segura e firme.

Neste sentido, a alteração estratégica nas orientações de investimento municipal vem efetuando-se com passos seguros, paulatinamente, e assim continuará nos próximos três anos, mas com um horizonte temporal mais ambicioso. Os investimentos a realizar continuarão a dar corpo à proposta de intervenção no concelho sufragada nas urnas, a qual assenta num conjunto de políticas, organizadas em oito eixos estruturantes, que obedecem à estratégia do novo ciclo político agora iniciado, a saber: o emprego; o turismo e ambiente; a educação, cultura e desporto; a agricultura e floresta; centro histórico e comércio local; ação social; equipamentos e serviços municipais; saúde.

A opção pelos eixos de intervenção identificados continua a ser clara, devendo estes consolidar-se como os pilares da construção de uma estratégia que permita um futuro diferente, um futuro melhor, apoiado numa economia sustentável e humanizada.

Foi desígnio dos flavienses que Chaves seja um concelho diferente, moderno e inovador. Reconhecendo que a função mais relevante de uma autarquia é assegurar o bem-estar e prosperidade aos seus munícipes.

Sabemos que a economia contemporânea é marcada pela incerteza, pelo que o caminho do endividamento municipal e da despesa sem sentido estratégico não dará bom frutos. É também ilusório pensar que se pode assegurar a prosperidade e o tal bem-estar dos flavienses sem gerar riqueza ou estimular um contexto de dinamização económica.

Neste pressuposto, mostra-se acertado destinar meios do município que venham a propiciar condições para que todos os que queiram investir produzam riqueza, para, posteriormente, ser redistribuída.

Estamos no caminho certo, estribado num novo modelo de desenvolvimento sustentável. Temos a perfeita consciência de que o exercício de 2020 continuará ainda muito condicionado pelos compromissos do passado. Compromissos financeiros pesados e responsabilidades



decorrentes de contratos que a autarquia deve cumprir, de forma escrupulosa, no respeito pela lei.

A proposta de orçamento apresentada para 2020, respeita a assunção pela câmara municipal dos compromissos que já estavam assumidos, o que, pelas limitações orçamentais existentes e pela necessidade de não condicionar o acesso a fundos de financiamento externo, nos vários programas nacionais e europeus, limita fortemente a efetivação de um conjunto mais alargado de novas propostas e, mesmo assim, obrigará a obtenção de recursos financeiros externos, a contratualizar junto do BEI em condições muito vantajosas.

1.2.2 - Objetivos

EMPREGO

1 – Reforçar o apoio aos empreendedores com investimentos em áreas chave, que pela sua génese, sejam geradores de iniciativas que criem emprego.

2 - Fortalecer e diversificar a base económica local.

3 - Dinamizar o tecido empresarial.

Neste contexto preconizamos o seguinte:

- Instanciação de agência local de captação de investimento, com o objetivo de estimular a criação de emprego (novos 500 postos de trabalho), sendo que se essa meta se encontra já concretizada em valor superior a 25%;
- Criação do Programa Start-Up Chaves, no qual os jovens possam desenvolver os seus projetos e criar a sua empresa/negócio.
- Criação de um fundo municipal de apoio ao empreendedorismo, destinado a estimular o investimento e a inovação em produtos e/ou serviços locais (€ 250.000,00/ano).
- Implementação do Simplex Autárquico, com o objetivo de simplificar, acelerar e tornar transparente os processos de licenciamento municipais.
- Reforço de incentivos fiscais municipais para os novos investimentos, mas também para a ampliação dos existentes.

TURISMO E AMBIENTE

1 - Valorizar a identidade local do município.

2 - Valorizar o património histórico e natural existente.

3 - Respeitar o meio ambiente.



Nesse sentido preconizamos o seguinte:

- Classificação da Ponte Romana de Chaves a Património da Humanidade;
- Criação da Feira de Turismo e Negócios do Alto Tâmega, como forma de afirmação e valorização das atividades turísticas e económicas do Alto Tâmega;
- Reorganização técnica e funcional dos balneários termais de Chaves e de Vidago, em vista a valorização e afirmação da respetiva vocação terapêutica e turística;
- Requalificação e recuperação ambiental do rio Tâmega, em vista a permitir a sua utilização para fins balneares;
- Valorização cultural e económica do equipamento municipal, Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, através da sua integração nos circuitos dos grandes eventos culturais (implementando a lógica do mecenato cultural, a fim de garantir a sustentabilidade económica);
- Conclusão imediata da obra do Museu das Termas Romanas, ao mais baixo custo, a fim de poder ser valorizado o seu espólio;
- Requalificação ambiental do Rivelas e a construção de um corredor pedonal;
- Promoção de parcerias para a realização de circuitos específicos, como por exemplo o circuito da água, circuito românico, circuitos do contrabando, que possam funcionar de forma complementar, gerando assim novas dinâmicas e criando escala entre eles;
- Colocação de informação de natureza turística no património histórico existente no concelho, bem como melhorar a respetiva iluminação, nomeadamente no Centro Histórico;
- Promover a criação de uma identidade agregadora das referências turísticas de Chaves e a reafirmação da nossa identidade gastronómica e cultural, envolvendo os comerciantes e a restauração.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

- 1- Promover uma melhor cidadania
- 2- Estimular os cidadãos tornando-os interventivos e mais capazes.
- 3- Desenvolver a produção local de produtos culturais.
- 4- Valorizar, modernizar e desenvolver o movimento associativo.

Ambicionamos, neste âmbito:

- Reforçar a dotação para as Bolsas Escolares para o Ensino Superior, de modo a acomodar a atribuição de 50 bolsas por ano;



- Desenvolver o Plano Municipal de Cultura como instrumento essencial para a visão e gestão integrada de todos os projetos que concretizem a política cultural do Município, criando assim condições para a otimização da oferta entre os diferentes agentes culturais, tornando-a mais eficiente e apelativa;
- Orientar os serviços municipais responsáveis pela Cultura para a lógica de mediação cultural, com o objetivo de reforçar as pontes entre a autarquia e as associações locais;
- Implementar política de parcerias para a conceção, promoção e implementação da oferta cultural e de lazer;
- Criação do Centro de Ciência Viva;
- Criação festival musical de âmbito nacional;
- Criar um Programa de Ocupação de Jovens, com oficinas de expressão artística, particularmente nos períodos de férias escolares;
- Consolidar a parceria existente com a Academia das Artes de Chaves;
- Valorizar e dar maior expressão cultural e relevância económica à Festa dos Povos;
- Apoiar as Bandas de Música do Concelho;
- Apoiar as associações e clubes desportivos do concelho;
- Apoiar a Universidade Sénior, no domínio das artes;
- Adotar uma política de apoio ao movimento associativo, que visa a sua valorização, modernização e desenvolvimento;
- Apoiar a produção local de produtos culturais (peças de teatro, exposições de pintura, exposições de esculturas, filmes e certames musicais);
- Criar espaços dirigidos aos jovens, dotados de valências que lhes permitam desenvolver diferentes atividades criativas (música, teatro, artes plásticas).

AGRICULTURA E FLORESTA

- 1 - Potenciar a produção agrícola, pecuária e florestal no nosso território
- 2 - Promover práticas de gestão ecologicamente sustentável
- 3 - Promover o crescimento da rentabilidade económica do setor

Nessa medida, pretendemos:

- Reforçar as dotações para o Programa de Prevenção Florestal;
- Apoiar a produção pecuária, através de um subsídio municipal aos agricultores que criem bovinos e pequenos ruminantes (caprinos e ovinos);



- Fomentar a instalação de agroindústria, equacionado a possibilidade de criação de parques agroindustriais no concelho, como forma de criar mais valor para as nossas produções agrícolas;
- Apoiar a constituição de associações de defesa e promoção dos produtos locais com crescente potencial económico, designadamente vinho, castanha e frutos vermelhos;
- Requalificação e limpeza de caminhos agrícolas e florestais;
- Incentivar o consumo dos produtos agrícolas produzidos no município, junto das instituições que servem refeições à comunidade;
- Promover a realização de planos de gestão de baldios em parceria com universidades especializadas na gestão florestal;
- Privilegiar a limpeza dos caminhos florestais e linhas de combate aos incêndios (aceiros e corta-fogos) num esforço concertado entre todas as entidades competentes.

CENTRO HISTÓRICO E COMÉRCIO LOCAL

- 1 - Reanimar a atividade comercial no centro histórico.
- 2 – Promover a requalificação dos edifícios com relevância histórico-cultural.
- 3 -Incentivar o investimento privado nas funções habitacionais, comerciais e de serviços;

Pretendemos:

- Implementação faseada de plano de requalificação e reabilitação do centro histórico de Chaves, com intuito de atrair investimento privado nas funções habitacionais, comerciais e de serviços;
- Apoiar o comércio local recorrendo às novas políticas de urbanismo comercial;
- Limpeza e higienização de todos os espaços públicos da cidade, particularmente das zonas mais nobres ou com vocação turística e comercial mais acentuada;
- Requalificação do antigo Cineteatro de Chaves;
- Repensar a mobilidade automóvel e pedonal no centro de Chaves como forma de animar o comércio local;
- Aquisição de duas ou três casas da zona histórica, por ano, em estado avançado de degradação a fim de serem reconstruídas e colocadas no mercado de arrendamento para os jovens;
- Reposição de jardins e espaços verdes eliminados, como forma de restaurar a imagem de “Chaves, cidade jardim”;
- Colaborar no processo de requalificação dos edifícios com relevância histórico-cultural.



AÇÃO SOCIAL

- 1 - Reforçar o trabalho em rede para apoio aos grupos mais vulneráveis da comunidade.
- 2 - Cooperar com as várias entidades da economia solidária.
- 3 - Desenvolver respostas sociais de proximidade.
- 4 - Apoiar socialmente as famílias mais desfavorecidas
- 5 - Requalificação a habitação social.

Concretamente, são nossos objetivos:

- Proceder à requalificação dos bairros sociais existentes, realizando, nomeadamente, trabalhos de substituição das coberturas em fibrocimento dos bairros sociais e intervindo nas zonas comuns e de utilização coletiva.
- Reforçar os apoios às famílias em situação de carência ou exclusão designadamente, na área da saúde, com medicamentos, consultas ou próteses, bem como no acesso aos cuidados termais.
- Criar o Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, que garante o acesso em condições preferenciais a equipamentos culturais, desportivos e às Termas de Chaves e de Vidago.
- Consumo mínimo garantido de água, luz e gás, nas famílias em situação pobreza aguda.
- Atribuição de bolsas municipais de habitação destinadas a famílias em situação de emergência social.
- Promover o “Emprego Social” - programa de apoio social e material a famílias carenciadas, através do voluntariado, em articulação com as entidades de solidariedade social.
- Apoio social às famílias mais desfavorecidas com dificuldades habitacionais, designadamente para a melhoria das condições de habitabilidade e execução de obras de adaptação nas habitações de pessoas com mobilidade reduzida.
- Reforçar o apoio às instituições sociais existentes no concelho, através da realização de acordos e parcerias que garantam utilização racional e eficiente das respostas sociais existentes.
- Desenvolver parcerias com todas as instituições de solidariedade social, a fim de criar uma rede de serviços sociais de proximidade, para alargar o apoio domiciliário e o serviço de refeições aos mais carenciados, bem como apoio psicossocial e serviço de teleassistência.
- Mobilizar vizinhos e coletividades para o acompanhamento e apoio de idosos em situação de isolamento ou solidão.



- Criar o Cartão Municipal Sénior que garante o acesso em condições preferenciais a todos os equipamentos municipais.
- Realizar campanhas de sensibilização contra a violência doméstica e criar uma Comissão de Proteção do Idoso.
- Assumir o compromisso de comparticipação financeira no fornecimento diário de refeições e banhos às pessoas mais vulneráveis.
- Consolidar a Rede Social de Chaves.

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

- 1- Adequar os serviços, equipamentos e infraestruturas às necessidades dos cidadãos.
- 2- Implementar uma política de transparência no âmbito das finanças municipais.
- 3- Promover a rápida conclusão da revisão do PDM.
- 4- Requalificar a rede viária.
- 5- Construir os equipamentos municipais em falta no apoio ao desporto.

Nesse sentido, vamos concretizar as seguintes ações:

- Redução do IMI para a taxa mínima (0,30%), no horizonte temporal do mandato em curso;
- Redução, em 10%, do preço da água/saneamento e resíduos, no horizonte temporal do mandato em curso;
- Construção de piscinas cobertas municipais;
- Construção de um Pavilhão Multiusos que permita a realização de feiras, congressos e atividades desportivas;
- Encetar ações que permitam a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros à disposição do município de forma mais eficiente e eficaz;
- Implementar uma política de transparência no âmbito das finanças municipais, divulgando informação financeira referente a processos de aquisição de bens de capital e obras municipais;
- Promover a rápida conclusão da revisão do PDM, corrigindo as incongruências existentes;
- Desburocratização dos serviços camarários em nome de maior celeridade e simplificação de processos tornando-os mais acessíveis a todos;
- Requalificação da estrada municipal 507 (Chaves-Montalegre), garantido a criação de passeios no troço Chaves/S. Caetano;
- Requalificação da estrada N 314, Chaves/Carrazedo Montenegro;



- Conclusão da ligação rodoviária entre a A24 e o Hospital de Chaves;
- Apoiar a construção de Equipamentos Sociais (Lares e Centros de Dia), para os casos em que não exista adequada resposta social;
- Executar planos de acessibilidade/mobilidade municipais, permitindo a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas para pessoas com mobilidade reduzida.

SAÚDE

- 1 - Garantir uma prestação de cuidados de saúde de qualidade à população.
- 2 - Desenvolver um serviço móvel de enfermagem.
- 3 - Promover a saúde a toda a comunidade.

Deste modo, vamos desenvolver as seguintes ações:

- Pugnar pelo reforço das valências no Hospital de Chaves;
- Encetar esforços para a recuperação da Unidade de Cuidados Continuados;
- Garantir em todas as comunidades um serviço móvel de enfermagem de apoio à saúde dos munícipes, em parceria com os centros de saúde e a saúde pública.
- Partilhar financeiramente o transporte de doentes com dificuldades económicas não comparticipados pelo estado, em colaboração com as Associações Humanitárias de Bombeiros;
- Desenvolver programas de reforço comunitário com destaque para a prevenção de doença e promoção de estilos de vida saudáveis.



II - MAPAS ANEXOS E RESPECTIVA ANÁLISE

Os documentos referentes às GOP'S e ao Orçamento do Município para o ano económico de **2020**, são constituídos pelos seguintes anexos:

- Anexo I – Resumo do Orçamento
- Anexo II – Orçamento da Receita
- Anexo III – Orçamento da Despesa
- Anexo IV – Plano Plurianual de Investimentos e GOP'S
- Anexo V – Quadro Plurianual de Programação Orçamental
- Anexo VI – Mapa de Empréstimos
- Anexo VII – Mapa das Responsabilidades Contingentes
- Anexo VIII – Mapa de Equilíbrio Orçamental

Com a entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, previa-se, desde o ano de 2015, a vinculação da despesa e da receita a um quadro plurianual de programação orçamental numa base móvel de quatro anos.

Por ausência de regulamentação, não haviam sido elaborados, em anos anteriores os respetivos mapas QPPO. Contudo, na sequência da divulgação da Nota Informativa nº 1/2016, da CCDRN, relativa à elaboração, para o horizonte temporal 2017-2020, do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e cujo entendimento foi objeto de articulação com a Direção-Geral das Autarquias Locais, veio a ser superiormente determinado, acolhendo tais orientações, proceder à elaboração do referido Mapa, o qual consta como Anexo V.

2.1 - O Orçamento

A gestão económica e financeira do Município assenta no pressuposto de que a atividade a desenvolver tem subjacente o cálculo, à priori, das receitas e das despesas. O orçamento é assim um quadro de natureza contabilística, onde são previstas todas as receitas que a Autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar num ano civil.

Assenta em três funções: a Função Económica, a Função Política e a Função Jurídica. A primeira, é expressa num quadro que apresenta as previsões de receitas e despesas, a segunda traduz-se numa autorização para arrecadar receitas e afetá-las aos encargos



decorrentes da execução dos projetos e ações, a terceira é uma função reguladora do poder do órgão Autárquico, que vai executar o orçamento nos termos da lei vigente.

Este documento apresenta a previsão anual das receitas e das despesas, de acordo com o código de contas da classificação económica em vigor para as autarquias locais, constante do classificador aprovado pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, na adaptação feita às autarquias locais.

O Orçamento é constituído por dois mapas:

Mapa resumo das receitas e das despesas

A previsão das Receitas e das Despesas para **2020** encontra-se traduzida no seguinte quadro, o qual resume a distribuição dos montantes segundo a natureza da Receita e da Despesa – Corrente e Capital:

RESUMO DO ORÇAMENTO			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	31 363 287,04 €	Correntes	25 152 874,63 €
De capital	21 305 475,13 €	De capital	27 515 887,54 €
Total	52 668 762,17 €	Total	52 668 762,17 €
Total Geral	52 668 762,17 €	Total Geral	52 668 762,17 €

O quadro seguinte traduz a variação da poupança corrente gerada em sede de **elaboração** dos Documentos Previsionais do ano de **2018, 2019** e a prevista para **2020**:

	Receitas Correntes	Despesas Correntes	Poupança Corrente
2018	33 423 471,04 €	23 971 967,09 €	9 451 503,95 €
2019	30 551 600,21 €	24 613 338,07 €	5 938 262,14 €
2020	31 363 287,04 €	25 152 874,63 €	6 210 412,41 €

Mapa das receitas e das despesas, desagregado segundo a classificação económica.



As despesas orçamentais podem, sem carácter obrigatório, ser desagregadas em conformidade com a estrutura orgânica da autarquia local, devendo, pelo menos, contemplar as seguintes:

0101 – Assembleia municipal;

0102 – Câmara Municipal e Serviços Municipais;

0103 – Operações Financeiras.

A elaboração dos documentos previsionais obedece a um conjunto de regras e princípios orçamentais previstos no capítulo II, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atualizada pela lei 51/2018, de 16 de agosto e no ponto 3.1.1 do POCAL, designadamente:

- a) Princípio da legalidade;
- b) Princípio da estabilidade orçamental;
- c) Princípio da autonomia financeira;
- d) Princípio da transparência;
- e) Princípio da solidariedade nacional recíproca;
- f) Princípio da equidade intergeracional;
- g) Princípio da anualidade e plurianualidade;
- h) Princípio da unidade e universalidade;
- i) Princípio da não consignação;
- j) Princípio da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais;
- k) Princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado;
- l) Princípio da tutela inspetiva.

Também se encontra subjacente à elaboração do orçamento, o estrito cumprimento das regras previsionais previstas e estabelecidas no ponto 3.3 do POCAL, as quais serão enunciadas na análise estrutural do orçamento.



2.2 - Orçamento da Receita

2.2.1 – Receita Corrente

As receitas correntes aumentam o ativo financeiro do Município e reduzem o património não duradouro, isto é, aquele, cujos elementos estão subordinados às Autarquias Locais por período inferior a um ano.

São receitas que resultam da atividade normal ou gestão financeira corrente da Autarquia, repetindo-se e renovando-se em todos os períodos financeiros.

Para cumprimento da regra previsional prevista na alínea a) do ponto 3.3.1, do POCAL, a qual determina que “...as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, exceto no que respeita a receitas novas, bem como do regulamento de taxas e tarifas que já tenham sido objeto de deliberação, devendo então, juntar-se ao orçamento os estudos ou análises técnicas elaboradas para determinação dos seus montantes”, foram apurados e determinados os montantes a prever para o **exercício de 2020**, respeitante aos agrupamentos “01 – Impostos Diretos”, “02 – Impostos Indiretos” e “04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades”.

Para efeitos de dotação orçamental das rubricas referidas, considerou-se como princípio de boa gestão previsional, a assunção, para o exercício de 2020, dos valores liquidados e não cobrados relativos a taxas de ocupação de subsolo e espaço aéreo e respetivos juros moratórios, cujos documentos emitidos em nome das diversas operadoras sedeadas no Concelho de Chaves, já foram objeto de decisão judicial (PT-MEO- anos de 2012 e 2013).

Quanto ao agrupamento “05 – Rendimentos de propriedade”, foi utilizado o método previsional da média dos últimos exercícios, cuja receita respeita a juros credores provenientes de depósitos bancários e ainda a rendas de ativos não produtivos, designadamente terrenos, edifícios e utilização de bens de domínio público.

Ainda neste agrupamento, e domiciliada nas rubricas económicas 05.07.03.03 e 05.07.99.01 encontra-se prevista receita proveniente da E.H.A.T.B., resultante da distribuição de dividendos das seguintes sociedades participadas, cujos valores vieram a ser comunicados pela referida empresa, via ofício refa. 2019/1235, de 11/10/2019:

- a) E.H.A.T.B., E.I.M., S.A.;
- b) Eólica de Montenegro, S.A.;
- c) Eólica da Serra das Alturas, S.A.;
- d) Eólica da Padrela, Lda.;
- e) Eólica do Barroso;



f) Eólica de Atilhó, Lda..

g) Atberg, Élicas do Tâmega, Lda.

Também se encontra registada neste agrupamento a receita proveniente das rendas de concessão pagas trimestralmente pela EDP – Distribuição de Energia, S.A, e decorrentes da utilização dos ativos municipais, legitimada pela transmissão de direitos da autarquia destinados à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho.

Relativamente às importâncias provenientes de transferências no âmbito da participação nos impostos do Estado, determina a regra previsional prevista no ponto 3.3.1 do POCAL que *“até à publicação do Orçamento de Estado para o ano a que respeita o orçamento autárquico, as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado não podem ultrapassar as constantes do orçamento de Estado em vigor, atualizadas com base na taxa de inflação prevista.”*

Contudo, à data atual, ainda não se encontra divulgada a proposta de **LOE para 2020**, pelo que foram assumidos os montantes constantes do MAA XIX da LOE para 2019:

Transferências da Administração Central- Estado	2017	2018	2019	variação 2017/2018 (%)	variação 2018/2019 (%)
Transferências Correntes - Estado	12.687.439,00 €	12.886.913,00 €	13.518.624,00 €	1,57%	4,90%
Fundo de equilíbrio financeiro - corrente	10.731.698,00 €	10.810.212,00 €	11.464.437,00 €	0,73%	6,05%
Fundos Social Municipal	711.275,00 €	711.275,00 €	711.275,00 €	0,00%	0,00%
Participação no IRS	1.244.466,00 €	1.365.426,00 €	1.342.912,00 €	9,72%	-1,65%
Transferências de Capital - Estado	1.192.411,00 €	1.201.135,00 €	1.661.761,00 €	0,73%	38,35%
Fundo de equilíbrio Financeiro - capital	1.192.411,00 €	1.201.135,00 €	1.273.826,00 €	0,73%	38,35%
Excedente - nº3,artº35, lei 73/2013	0,00 €	0,00 €	387.935,00 €		

Na sequência de nota explicativa proveniente da DGAL, veio a ser considerada a inscrição de nova receita decorrente do previsto no artigo 25º, nº 1, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual – “participação de 7,5% na receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás”.

Prevê ainda o artigo 26º-A da referida norma que, esta receita deverá ser “distribuída pelos municípios proporcionalmente, determinada por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial” relativamente às referidas atividades. No entanto, a Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, prevê um regime transitório, para os anos 2020 e 2021.

Assim, para estes dois anos, e atento o disposto no artigo 8º, a distribuição desta participação de 7,5% na receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás é distribuída do seguinte modo:

i) 25% igualmente por todos os municípios.

ii) 75% proporcionalmente determinado por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição



territorial relativo às atividades acima referidas.

Estas verbas assumem a natureza de transferência corrente, prevendo-se que as mesmas venham a estar integradas no Mapa XIX do Orçamento do Estado.

Assim, será criada no Classificador Económico, a vigorar a partir de 01/01/2020, a seguinte classificação económica orçamental da receita:

06 Transferências Correntes

06.03 Administração Central

06.03.01 Estado

06.03.01.07 Participação no IVA – Art. 26º-A da Lei nº 73/2013.

Neste contexto, tal classificação económica da receita veio a ser inscrita e dotada pelo valor de 187.831,03€, na sequência de comunicação, remetida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, a todos os Municípios.

Quanto às transferências provenientes da DGESTE, as mesmas dizem respeito às comparticipações no custo dos vencimentos das assistentes operacionais a desempenhar funções em diversos jardins-de-infância do concelho, a comparticipação nas refeições escolares, transportes escolares e ainda, apoio a atividades de animação e apoio à família.

Foram ainda contempladas verbas provenientes de outras transferências correntes e capital por outras entidades, em obediência pela regra previsional prevista na alínea c) do ponto 3.3.1. do POCAL, a qual determina que as mesmas *“só podem ser consideradas no orçamento em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, exceto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações da despesa, resultante de uma previsão superior ao da receita do fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizados como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações de despesa.”*

A título de natureza corrente, encontram-se previstas receitas no âmbito da participação comunitária em projetos cofinanciados pelo FEDER, dizendo respeito a projetos já aprovados no âmbito do POCTEP – **Eurocidade** e, ainda, projetos no âmbito do FSE, designadamente, **“Envelhecimento saudável”** e **“Promoção do Sucesso e Combate ao abandono escolar”**, em execução.

Neste capítulo são, também, previstas receitas provenientes de Serviços e Fundos Autónomos, designadamente do IEFP, relativamente ao Programa **“Estágios Profissionais”**, **“Programa Emprego-Inserção”**, **“Programa Emprego – inserção +”**, no âmbito do Plano de Obras – Turismo de Portugal e Protocolo de Cooperação celebrado com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco e o Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL).



Proveniente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena, contemplou-se uma verba referente aos resultados da produção de energia do aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia.

Relativamente ao agrupamento 07- “Vendas de Bens e Serviços correntes”, o mesmo domicilia receitas referentes ao produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento e ainda recebimentos de prestação de serviços, pela aplicação de preços idênticos aos custos de produção dos bens ou serviços vendidos.

Na venda de bens, foi efetuada uma previsão de receitas oriundas da venda de livros técnicos e documentação técnica, relacionados direta ou indiretamente com a atividade autárquica, bem como o produto de cobranças provenientes de vendas ao sector particular ou empresarial de publicações e impressos.

Pela aplicação da média dos últimos exercícios e avaliação direta, foi apurado o montante previsto para **2020**.

Em “Venda de Mercadorias” foi estimada a receita proveniente da venda água ao domicílio, decorrente de contratos celebrados com os munícipes, mediante a aplicação de uma tarifa, de acordo com a respetiva natureza de consumidores e de acordo com os escalões previstos.

Na receita decorrente de serviços prestados, encontram-se previstos os montantes que respeitam a contratos de arrendamento ou aluguer esporádico de espaços ou equipamentos municipais.

Nesta receita enquadra-se o serviço prestado relativo à recolha, depósito e tratamento de lixo dos Resíduos Sólidos Urbanos, a qual se encontra concessionada à RESINORTE e à Rede Ambiente, para recolha de resíduos / limpeza urbana.

Encontra-se ainda prevista a receita proveniente dos passes escolares pagos pelos alunos beneficiários do serviço de transportes que o Município contratualiza com prestadores de serviços de Transportes Escolares. Foi aplicada a ponderação da média de arrecadação de receita dos últimos exercícios.

Em “Trabalhos por conta de particulares”, enquadram-se as receitas resultantes da venda de serviços prestados pela Autarquia, pela realização de trabalhos requisitados ou da responsabilidade de pessoas singulares ou coletivas, designadamente a reconstrução de passeios, demolições e outras obras e serviços. Foi aplicado o critério da média dos últimos exercícios.

Encontra-se também prevista a receita a arrecadar relativamente a “Rendas”, as quais abrangem os montantes provenientes do arrendamento de casas e de outros edifícios para fins habitacionais ou outros.

Destacam-se neste capítulo, as receitas provenientes das Rendas de Habitação Social referente ao Bairro dos Aregos, Bairro dos Fortes, Bairro de Casas dos Montes e Bairro Social de Vidago.



Estes montantes são atualizados de acordo com a legislação reguladora – Decreto-Lei nº166/93 de 07 de Maio.

Também se enquadram neste capítulo as Rendas de outros edifícios, património do Município e para fins não habitacionais (armazenagem, guarda ou arrecadação de artigos ou materiais, comércio ou indústria).

Proveniente da E.H.A.T.B. encontra-se também prevista receita pela exploração de Parques Eólicos, correspondente a 2,5% da sua produção.

Quanto ao Capítulo 08 – “Outras Receitas Correntes”, encontram-se domiciliadas verbas previstas arrecadar com receitas não tipificadas em artigo próprio do agrupamento, designadamente indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou em qualquer outro equipamento da Autarquia e a eventual recuperação de IVA.

Enquadra-se também, a receita proveniente do prolongamento do horário dos Jardins-de-Infância de Chaves e de Vidago, pago pelos alunos beneficiários, e, ainda, a receita proveniente da Feira “Sabores e Saberes de Chaves” e outras receitas correntes residuais.

O quadro seguinte traduz a variação da previsão de **2019** para **2020**, por agrupamento da receita corrente:

VARIAÇÃO POR AGRUPAMENTO DA RECEITA CORRENTE					
COMPONENTE	2018	2019	2020	TX CRESCIMENTO 2018/2019	TX CRESCIMENTO 2019/2020
01 - IMPOSTOS DIRETOS	5 764 362,19 €	6 228 704,38 €	6 546 685,27 €	8,06%	5,11%
02 - IMPOSTOS INDIRETOS	5 797 521,98 €	3 769 102,65 €	2 633 422,05 €	-34,99%	-30,13%
04 - TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	482 630,80 €	467 771,85 €	639 925,60 €	-3,08%	36,80%
05 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 589 464,91 €	1 718 900,00 €	1 644 201,00 €	8,14%	-4,35%
06 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13 849 542,26 €	14 585 546,47 €	14 613 344,79 €	5,31%	0,19%
07 - VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 823 351,29 €	5 375 474,86 €	5 157 764,33 €	-7,69%	-4,05%
08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	116 597,61 €	213 100,00 €	127 944,00 €	82,77%	-39,96%
TOTAL AGRUPAMENTO	33 423 471,04 €	32 358 600,21 €	31 363 287,04 €	-3,19%	-3,08%



2.2.2 – Receita de Capital

O agrupamento “09- Venda de Bens de Investimento” compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento.

Nele se enquadram as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil.

A título previsional e tendo em conta o disposto no artº104º da LOE para 2019, os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2020, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

O nº 2, do mesmo artigo prevê que “a receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser excecionalmente de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.”

No cumprimento de tal preceito legal, veio a determinar-se um valor **164.796,69€**, em “Venda de bens de investimento”, para o exercício de **2020**.

Relativamente ao agrupamento “10 – Transferências de Capital”, enquadram-se os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital, incluindo as receitas relativas a cauções e depósitos de garantia que revertem a favor da autarquia, bem como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados.

Proveniente do Estado, encontra-se domiciliada a participação do Município nos impostos do Estado, de natureza “capital” – Fundo de Equilíbrio Financeiro”, cuja previsão foi apurada mediante os valores previstos na **Lei de Orçamento de Estado para 2019 – mapa XIX, por não se encontrar, ainda, divulgada a proposta de LOE para 2020-**

Veio a ser considerada, já em 2019, uma nova receita a título de participação nos impostos do Estado, constante em tal mapa XIX, da LOE2019, cujo montante resulta da distribuição do “excedente” previsto do nº 3 do artigo 35º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela lei 51/2018, de 16 de agosto, e reveste a natureza de capital, num total de 387.935,00€.

Neste agrupamento foram também consideradas as verbas referentes ao cofinanciamento estatal e comunitário em projetos candidatados e aprovados, alguns já concluídos, outros com execução física e financeira em curso, por natureza do respetivo fundo.

Foi também contemplada a previsão referente ao valor remanescente, ainda por desembolsar e relativo à contratualização, com a Agência de Desenvolvimento e Coesão. IP, de cinco (5)



empréstimos de médio e longo prazos, no âmbito do EQ- BEI - PT 2020, no montante de 1.734.530,77 €.

No quadro seguinte é traduzida a variação da previsão, por agrupamento da receita de Capital:

VARIAÇÃO DA PREVISÃO POR AGRUPAMENTO DA RECEITA DE CAPITAL					
DESIGNAÇÃO	2018	2019	2020	TX CRESCIMENTO 2018/2019	TX CRESCIMENTO 2019/2020
09- VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	397 716,32 €	136 781,51 €	164 796,69 €	-65,61%	20,48%
09 01 TERRENOS	215 245,61 €	25 509,84 €	32 351,17 €	-88,15%	26,82%
09 02 HABITAÇÕES	50 830,59 €	22 368,00 €	19 612,67 €	-56,00%	-12,32%
09 03 EDIFÍCIOS	128 810,00 €	84 905,74 €	99 125,74 €	-34,08%	16,75%
09 04 OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	2 830,12 €	3 997,93 €	13 707,11 €	0,41 €	242,86%
10 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9 678 015,44 €	15 542 159,95 €	19 206 147,67 €	60,59%	23,57%
10 01 - SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	289 300,00 €	665 633,33 €	1 421 292,97 €	130,08%	113,52%
10 03 01 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1 201 235,00 €	1 661 861,00 €	1 661 961,00 €	38,35%	0,01%
10 03 01 01 Estado - FEF	1 201 135,00 €	1 273 826,00 €	1 273 826,00 €	6,05%	0,00%
10 03 01 05 - artº35, nº2 - Lei 73/2013	0,00 €	387 935,00 €	387 935,00 €		0,00%
10 03 01 06 Transferência de Competências - Lei 50/2018	0,00 €	0,00 €	100,00 €		
10 03 01 99 Outras	100,00 €	100,00 €	100,00 €	0,00%	0,00%
10 03 07 ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO- FINANCIADOS	7 917 103,05 €	12 872 582,29 €	15 173 824,59 €	62,59%	17,88%
10 03 08 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	270 277,39 €	341 983,33 €	948 969,11 €	26,53%	177,49%
10 07 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00 €	100,00 €	100,00 €	0,00%	0,00%
11 - ATIVOS FINANCEIROS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
12 - PASSIVOS FINANCEIROS	0,00 €	2 105 064,46 €	1 734 530,77 €		-0,18 €
13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	139 200,00 €	250 000,00 €	200 000,00 €	79,60%	-20,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	10 214 931,76 €	18 034 005,92 €	21 305 475,13 €	76,55%	18,14%

2.3 – Orçamento da Despesa

No que diz respeito à assunção das despesas, também devem ser consideradas um conjunto de regras previsionais dispostas no POCAL e em diplomas, normas ou regulamentos relacionados.

Destacam-se, neste âmbito, a importância da previsão com os limites legais de despesa com pessoal, bem como a obrigatoriedade da discriminação das despesas da Assembleia Municipal e ainda as despesas relativas ao processo de articulação entre as Opções do Plano e Orçamento.

2.3.1 – Despesa Corrente

A LAL estipula, no nº 3 do art.º 52º-A, que no Orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa de Assembleia Municipal, dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da Assembleia



Municipal, bem como para a aquisição dos bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação.

A classificação orgânica é assim designada:

0101 – Assembleia Municipal;

0102 – Câmara Municipal e serviços municipais;

0103 – Operações Financeiras.

No órgão da Assembleia Municipal, foram inscritas as dotações orçamentais, com a classificação em vigor para as Autarquias Locais, nas seguintes rubricas:

010204 – Ajudas de Custo500,00€;

010213 – Outros Suplementos e Prémios..... 43.000,00€;

“Despesas com pessoal – Agrupamento 01”

Este agrupamento prevê todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Autarquia, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem serviço ao Município nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença.

Também se compreendem neste agrupamento as despesas que o município suporta, como entidade patronal, com a Segurança Social dos seus funcionários.

Os montantes apurados para as despesas com pessoal levaram em linha de conta as orientações previstas na **LOE para 2019**, e legislação em vigor em matéria de Gestão de Recursos de Humanos, considerando que não é, ainda, conhecida, a LOE para 2020.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 01 - DESPESAS COM PESSOAL					
Agrupamento	2018	2019	2020	tx. Crescimento 2018/2019	tx. Crescimento 2019/2020
0101 - Remunerações Certas e Permanentes	7 022 114,75 €	7 584 451,29 €	7 946 344,65 €	8,01%	4,77%
0102 - Abonos Variáveis e eventuais	186 679,03 €	249 565,47 €	245 828,79 €	33,69%	-1,50%
0103 - Segurança Social	2 013 328,73 €	2 197 098,56 €	2 248 914,73 €	9,13%	2,36%
Total agrupamento	9 222 122,51 €	10 031 115,32 €	10 441 088,17 €	8,77%	4,09%



“Aquisição de Bens e Serviços – Agrupamento 02”

Neste agrupamento estão contempladas, de um modo geral, quer as despesas com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, quer com a aquisição de serviços, desdobrando-se nos seguintes subagrupamentos:

0201 – Aquisição de Bens, no qual são classificados os bens que em regra tenham pelo menos um ano de duração, devendo por isso ser inventariáveis, os quais não contribuem para a formação de capital fixo e não sendo por isso bens de capital. Também se enquadram os bens que são correntemente consumidos na produção ou com uma presumível duração útil não superior a um ano, não sendo por isso, inventariáveis.

A previsão efetuada considerou todos os contratos de fornecimento e/ou serviços de execução contínua, em curso ou a celebrar, com respeito pelos respetivos cronogramas financeiros e planos de pagamento.

Foram respeitados os cabimentos autorizados e os compromissos assumidos a transitar.

Para as despesas obrigatórias das quais não existe quantificação global, foi efetuada uma análise dos encargos mensais dos últimos exercícios para o cálculo anual a inscrever em **2020**, com base nas contas correntes e balancetes respetivos, bem como nos projetos a desenvolver no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, em vigor, Portugal 2020.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 02 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	2018	2019	2020	Taxa Crescimento 2018/2019	Taxa Crescimento 2019/2020
0201-Aquisição de bens	4 308 800,00 €	4 273 400,00 €	3 467 100,00 €	-0,82%	-18,87%
0202-Aquisição de serviços	8 263 325,47 €	7 874 588,45 €	8 603 554,11 €	-4,70%	9,26%
Total agrupamento	12 572 125,47 €	12 147 988,45 €	12 070 654,11 €	-3,37%	-0,64%

“Juros e Outros Encargos – Agrupamento 03”

Neste agrupamento são previstos os montantes dos juros decorrentes de empréstimos já contratualizados pelo Município, considerando a evolução do indexante aplicável e levando em conta o mapa de encargos da dívida apresentado pelas respetivas instituições bancárias domiciliárias dos referidos mútuos.

Estes montantes são classificados em “juros da dívida pública”, englobando também as outras despesas inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento, como as comissões de subscrição e gestão e despesas de manutenção das contas respetivas.

Para os juros de Locação financeira, foi efetuada uma avaliação semelhante, com suporte nos mapas das instituições de crédito contendo informação atualizada relativa aos encargos no âmbito dos contratos de Leasing assumidos.



Na rubrica “Outros Juros” veio a desconsiderar-se o valor de juros decorrentes de Acordo de regularização de dívidas, celebrado com o “Estado Português”, no âmbito das expropriações litigiosas no Quadro do Programa Polis, tendo em conta que o Município promoveu, junto da DGTF, a amortização antecipada e integral, do capital em dívida e respetivos juros, em novembro de 2018, dando por finalizado tal acordo de regularização de dívidas.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 03 - JUROS E OUTROS ENCARGOS					
	2018	2019	2020	Taxa Crescimento 2018/2019	Taxa Crescimento 2019/2020
0301-Juros da Dívida pública	349 454,68 €	243 716,82 €	211 707,10 €	-30,26%	-13,13%
0303-Juros de locação Financeira	100,00 €	100,00 €	100,00 €	0,00%	0,00%
0305-Outros Juros	110 100,00 €	60 200,00 €	200 200,00 €	-45,32%	232,56%
0306-Outros encargos financeiros	100,00 €	2 000,00 €	500,00 €	1900,00%	-75,00%
TOTAL AGRUPAMENTO	459 754,68 €	306 016,82 €	412 507,10 €	-33,44%	34,80%

“Transferências Correntes – Agrupamento 04”

Este agrupamento prevê as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o Município.

Encontram-se previstos os encargos decorrentes da candidatura no âmbito do Programa de estágios profissionais na administração Local (PEPAL), objeto de co-financiamento estatal.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 04 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
	2018	2019	2020	Taxa Crescimento 2018/2019	Taxa Crescimento 2019/2020
0401-Sociedades e quase sociedades não financeiras - públicas	0,00 €	0,00 €	1 000,00 €	—	—
0405 - Administração local	93 300,00 €	208 889,24 €	276 859,76 €	123,89%	32,54%
0407 - Instituições sem fins Lucrativos	628 100,00 €	824 491,62 €	798 194,15 €	31,27%	-3,19%
0408 - Famílias	139 371,36 €	140 000,00 €	308 604,93 €	0,45%	120,43%
0409 - Resto do Mundo	100,00 €	100,00 €	100,00 €	0,00%	0,00%
Total Agrupamento	860 871,36 €	1 173 480,86 €	1 384 758,84 €	36,31%	18,00%



Este capítulo traduz o apoio concedido ao desenvolvimento de eventos de interesse Local e/ou atividades de natureza social, cultural, desportiva e recreativa, bem como forma de apoiar estratos sociais desfavorecidos e apoios de natureza corrente para outras entidades.

“Subsídios – Agrupamento 05”

Neste agrupamento consideram-se os fluxos financeiros não reembolsáveis pelas Autarquias Locais para as empresas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, bem como apoios a famílias, designadamente e no caso em concreto, atribuição de “Bolsas de Estudos ao Ensino Superior”, “Bolsas de Investigação” e “Apoio à Produção Pecuária e Suinicultura”.

Encontra-se previsto neste agrupamento, e no cumprimento dos preceitos estabelecidos no artº42º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e 19º e 51º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, um valor residual, na rubrica da 0501010101, considerando não se perspetivar a necessidade de efetivação de transferência para a GEMC, EM., destinada à reposição do equilíbrio do resultado líquido.

“Outras Despesas Correntes – Agrupamento 06”

Este agrupamento inclui a restituição de impostos ou contribuições que não sejam em termos da lei em vigor por abate à receita.

Estão ainda contempladas as despesas resultantes da cedência temporária de ativos intangíveis englobando, nomeadamente, despesas de constituição, despesas de investigação e desenvolvimento de propriedade industrial e, ainda, os trespasses. Os montantes previstos desagregam-se pelas seguintes rubricas:

- Impostos e taxas
- Outras restituições
- IVA pago
- Serviços bancários
- Indemnizações
- IRC retido sobre juros
- Outras

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 06 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	2018	2019	2020	Taxa Crescimento 2018/2019	Taxa Crescimento 2019/2020
06-Outras Despesas Correntes	657 393,07 €	823 536,62 €	758 566,41 €	25,27%	-7,89%



2.3.2 – Despesa de Capital

Envolvem despesas que implicam alterações no património duradouro e que se traduzem no enriquecimento deste, contribuindo para a formação bruta de capital fixo, ou seja, bens de capital que se mantêm sem alteração no decurso da atividade autárquica, sofrendo apenas determinado desgaste na medida da sua utilização.

Estas despesas culminam na produção de bens e outros investimentos que conferem rendimentos ou acréscimos do bem-estar social.

Saliente-se que, para uma correta leitura e interpretação destas despesas, os montantes previstos e classificados no “agrupamento 07”, resultam do somatório das ações constantes do PPI, pela classificação atribuída.

Aquisição de bens de capital – Agrupamento 07

Este agrupamento apresenta-se com três subagrupamentos sob a designação “Investimentos”, “Locação financeira” e “Bens de domínio público”.

0701 – Investimentos - Para efeitos do classificador aplicado às autarquias locais, “investimento” é encarado segundo a ótica de estrita natureza de investimento, pelo que, no âmbito daquele subagrupamento, se compreenderão, exclusivamente, as despesas com a aquisição e também as grandes reparações dos bens que contribuem para a formação de capital fixo, isto é, bens duradouros utilizados, pelo menos durante um ano, na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica (máquinas, viaturas, equipamento, edifícios, outras construções, etc.).

O conceito de “grande reparação” está associado não só ao maior ou menor custo das obras a realizar, mas às razões subjacentes às mesmas onde, necessariamente, terão de constar objetivos de acréscimo de duração ou da produtividade dos bens de capital em causa. Tratando-se de edifícios ou de habitações, constituem “grandes reparações” e, por conseguinte, classificáveis nas respetivas rubricas de investimento, as obras que impliquem alteração das plantas dos imóveis. No caso de viaturas automóveis e de outro material de transporte com características semelhantes, considera-se “grande reparação” a que implica grande intervenção ou substituição ao motor.

Na aquisição de terrenos encontra-se prevista a aquisição de solos, plantações de natureza permanente e terrenos propriamente ditos.

070102 – Habitações - abrangem não só o valor da construção dos edifícios destinados inteira ou parcialmente a habitação, mas também as despesas efetuadas com grandes reparações, ampliação ou transformações importantes, incluindo as despesas com pintura interior e exterior das habitações novas e respeitantes a instalações permanentes, nomeadamente aparelhos de aquecimento inamovíveis, iluminação e canalização.



070103 – Edifícios - Também neste subagrupamento se incluem despesas com a construção, grandes reparações e transformações e ampliação de edifícios que não sejam destinados à habitação, contemplando ainda as edificações utilizadas com fins administrativos, escolas, ginásios, cresces, lares, mercados, armazéns e oficinas.

070104 – Construções Diversas - os montantes previstos para “Construções diversas”, dizem respeito à construção, grandes reparações ou a renovação de obras (ex. viadutos, arruamentos, estradas, pontes, parques de estacionamento de viaturas, parques desportivos, instalações de rede de esgotos, rede de abastecimento de água, parques e jardins, cemitérios...). Também se inclui nesta rubrica o custo de preparação de terrenos, como as terraplanagens e nivelamentos, necessárias à construção.

070106 – Material de transporte - este subagrupamento, prevê os montantes destinados à aquisição de veículos ligeiros e/ou viaturas de transporte de pessoas ou mercadorias. Compreende também as despesas com grandes reparações ou transformações que visem prolongar a vida útil normal prevista para este tipo de bens.

Os montantes considerados em “Equipamento de informática” e “Software informático” respeitam à aquisição de computadores, terminais, impressoras (hardware) e outros bens que, revestindo carácter de investimento, estão direta e indiretamente, ligados à produção informática.

Para o “equipamento administrativo” foram previstos valores referentes a despesas com equipamento social, de desporto e cultural e ainda mobiliário diverso.

070110 – Equipamento básico - está contemplado, as despesas com instrumentos, máquinas, instalações e outros bens como os contadores de água e equipamento escolar, bem como os gastos adicionais com a adaptação de maquinaria e de instalações no desempenho das atividades próprias da autarquia.

Engloba as despesas com ferramentas e utensílios com duração superior a um ano e de valor unitário relevante e as despesas com obras de arte e decoração, de coleção e valor histórico relevante e recheios de museus e prevê ainda despesas com outros investimentos, não tipificadas em rubricas específicas.

0702 – Locação financeira – compreende as despesas com contratos de locação financeira de imóveis adquiridos, nos termos da legislação em vigor para esta tipologia.

0703 – Bens de domínio público – contemplam as despesas com bens de domínio público definidos nos termos da legislação em vigor como a classe dos bens do ativo imobilizado, afetos a uma finalidade cuja dominialidade é pública, sujeitos à impenhorabilidade, imprescritibilidade, inalienabilidade e inexpropriabilidade.

**VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**

	2018	2019	2020	Taxa Crescimento 2018/2019	Taxa Crescimento 2019/2020
070101-Terrenos	168 501,38 €	193 746,00 €	43 100,00 €	14,98%	-77,75%
070102-Habitações	219 859,30 €	1 812 300,57 €	2 978 118,72 €	724,30%	64,33%
070103-Edifícios	2 885 507,28 €	4 522 546,84 €	6 126 354,02 €	56,73%	35,46%
070104- Construções Diversas	2 062 525,35 €	1 708 584,89 €	2 184 530,62 €	-17,16%	27,86%
070106-Material de Transporte	92 312,28 €	83 000,00 €	167 896,20 €	-10,09%	102,28%
070107- Equipamento de Informática	280 796,27 €	239 406,80 €	15 393,50 €	-14,74%	-93,57%
070108-Software Informático	280 834,44 €	279 333,15 €	89 539,35 €	-0,53%	-67,95%
070109- Equipamento Administrativo	2 500,00 €	9 000,00 €	21 000,00 €	260,00%	133,33%
070110- Equipamento Básico	178 100,00 €	361 240,44 €	282 740,44 €	102,83%	-21,73%
070111- Ferramentas e Utensílios	6 000,00 €	21 000,00 €	6 000,00 €	250,00%	-71,43%
070112-Artigos e Objetos de Valor	57 700,00 €	55 000,00 €	10 000,00 €	-4,68%	-81,82%
070115-Outros Investimentos	1 002 839,81 €	890 764,11 €	590 113,25 €	-11,18%	-33,75%
0702-Locação Financeira	125 621,52 €	185 621,46 €	176 230,04 €	47,76%	-5,06%
0703-Bens de Domínio Público	7 684 331,04 €	9 812 149,35 €	11 255 588,57 €	27,69%	14,71%
TOTAL AGRUPAMENTO	15 047 428,67 €	20 173 693,61 €	23 946 604,71 €	34,07%	18,70%



“Transferências de Capital – Agrupamento 08, encontram-se previstas as comparticipações destinadas ao financiamento de despesas de investimento de instituições, Juntas de Freguesia e outras entidades.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
	2018	2019	2020	Taxa Crescimento 2016/2017	Taxa Crescimento 2017/2018
0805- Administração Local (Freguesias)	700 200,00 €	759 550,45 €	784 434,80 €	8,48%	3,28%
0807 - Instituições sem fins Lucrativos	210 300,00 €	191 200,00 €	191 300,00 €	-9,08%	0,05%
0808 - Famílias	25 000,00 €	35 000,00 €	40 000,00 €	40,00%	14,29%
TOTAL AGRUPAMENTO	935 500,00 €	985 750,45 €	1 015 734,80 €	5,37%	3,04%

No agrupamento “09 - Ativos Financeiros” contabilizam-se as operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis.

Na sequência da publicação da lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico de recuperação financeira municipal, regulamentando o FAM – Fundo de Apoio Municipal, veio a ser determinada a obrigatoriedade, a partir de 2015, em os Municípios Portugueses contribuírem para o Fundo de Apoio Municipal – FAM, o qual será realizado no prazo de sete anos.

No caso em concreto do Município de Chaves, veio a ser comunicada um ajustamento à contribuição anual, reduzindo o montante para **49.805,50€**.

O agrupamento “10 – Passivos Financeiros” compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazo, que envolvam pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos, contratualizados pelo Município e destinados ao financiamento de projetos de investimento, e operações de substituição de dívida contratualizadas ao abrigo das disposições previstas na LOE. (Substituição do PAEL e substituição do empréstimo contratualizado pela MARC junto do Millennium BCP, decorrente do processo de internalização da MARC.



Encontram-se também previstas as amortizações decorrentes dos EMLP contratualizados no âmbito do EQ BEI PT 2020, e relativas aos desembolsos já efetivados e àqueles que irão ocorrer em 2020.

O agrupamento “11 - Outras despesas de capital” contempla despesas de carácter residual, que, embora de natureza capital, não sejam classificáveis em qualquer outra rubrica.

VARIAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS: 09 – ATIVOS FINANCEIROS; 10 - PASSIVOS FINANCEIROS E 11 – OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL					
	2018	2019	2020	Taxa Crescimento 2018/2019	Taxa Crescimento 2019/2020
09-Ativos Financeiros	199 722,00 €	100 111,00 €	50 305,50 €	-49,87%	-49,75%
10-Passivos Financeiros	3 115 885,04 €	2 707 613,00 €	2 492 242,53 €	-13,10%	-7,95%
11 - Outras Despesas de Capital	367 900,00 €	5 100,00 €	11 000,00 €	-98,61%	115,69%
TOTAL AGRUPAMENTOS	3 683 507,04 €	2 812 824,00 €	2 553 548,03 €	-23,64%	-9,22%

2.4 – Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos, contempla todos os projetos/ações que o Município se propõe desenvolver, e em alguns casos, concluir no ano de **2020**, domiciliados nas respetivas Funções.

O valor previsto totaliza **23.946.604,71€**, registando a seguinte representatividade quanto às funções que o compõem:

Representatividade das Funções nas GOP's do Orçamento				
Funcional do Pano	Total GOP's	%	Total Orçamento	%
	23 946 604,71 €	100,00%	52 668 762,17 €	
Funções Gerais	1 011 663,12 €	4,22%	1 011 663,12 €	1,92%
Funções Sociais	13 387 713,56 €	55,91%	13 387 713,56 €	25,42%
Funções Económicas	9 197 428,03 €	38,41%	9 197 428,03 €	17,46%
Outras Funções	349 800,00 €	1,46%	349 800,00 €	0,66%

Foi manifesta intenção em canalizar investimento para as Funções Sociais, representando 55,91% no total do PPI/GOP'S e 25,42%, no orçamento Global.



Destaca-se no PPI a aprovar, projetos/ações em curso, a iniciar e, muitas, em fase de conclusão, referentes a candidaturas efetuadas no âmbito dos seguintes Programas,

a) POSEUR

- “Elaboração de Cadastro de Redes de Abastecimento de Redes de Água e Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Chaves”, **dotação anual 53.733,95€;**
- “Sistema de águas residuais (SAR) de Chaves - Ligações entre os Sistemas em Alta e os Sistemas em Baixa, Emissários do Parque Empresarial, Traslar e Sistema Elevatório de Curalha”, **com dotação anual de 122.106,57€;**
- “Sistemas de águas residuais (SAR) no concelho de Chaves - A contribuição dos pequenos aglomerados na redução da poluição urbana na bacia do Tâmega/Estação de tratamento de águas residuais (ETAR) de Casas Novas / Redondelo”, **com dotação anual de 65.760,20€;**
- “Sistema de abastecimento de água (SAA) de Chaves - Adutoras de ligação entre o sistema em alta (Alto Rabagão) e os sistemas de abastecimento em baixa/Adutoras de Bustelo, Soutelo e Vilela Seca”, **com dotação anual de 37.059,53€.**
- “Controlo e Redução de perdas nos Sistemas de Distribuição e Adução de água no Concelho (ZMC) “, **com dotação anual de 739.995,78€ e 428.082,78€ para anos seguintes (2021).**

b) DLBC - RURAL:

- “Cadeias Curtas e Mercados Locais - Requalificação do Mercado Local de Produtores (1ª Fase)”, **com dotação anual de 865,60€ (valor residual– eventual revisão preços);**
- “Cadeias Curtas e Mercados Locais - Requalificação do Mercado Local de Produtores (2ª Fase)”, **com dotação anual de 1.000,00€ e 44.501,00€ a definir;**
- “Renovação de Aldeias - Trilhos de Visitação do Património Natural e Cultural do Concelho de Chaves”, **com dotação anual de 158.947,00€;**

c) Turismo de Portugal:

- “Valorizar - Turismo Portugal - Caminho Interior Português de Santiago (Caminhos para todos)”, **com dotação anual de 7.533,75€;**
- “Valorizar - Caminho de Santiago - Via da Prata”, **com dotação anual de 89.128,96 €;**
- “Valorizar - Turismo Portugal - Caminho Interior Português de Santiago (Interior - Valorização e Turismo Acessível)”, **com dotação anual de 43.959,09€;**
- Valorizar - Turismo de Portugal - Ecovia do Tâmega 2ª fase - Chaves / Vidago, **com dotação anual de 860.359,39€;**



- Valorizar - Turismo de Portugal - ECOVIA DO TÂMEGA 3ª FASE - Vidago/Limite do concelho de Vila Pouca, **com dotação anual de 28.620,00€ e 257.580,00€, a definir;**
- “Valorizar - Wi-Fi no Centro Histórico de Chaves”, **com dotação anual de 10.000,00€;**

d) PROVERE:

- “Provere - AQUANATUR PALACE”, **com dotação anual de 869.070,00€;**
- “Provere - Fontes Termas de Chaves e Segirei”, **com dotação anual de 144.173,48€;**
- “Pista de Pesca do Rio Tâmega”, **com dotação anual de 1.000,00€;**

e) PARU:

- “PARU 2.1 - Reabilitação do Museu da Região Flaviense e do Castelo, **com dotação anual de 10.000,00€, 178.200,00€ a definir e 207.800,00€ para anos seguintes (2021);**
- “PARU 2.3 - Centro Cívico”, **com dotação anual de 1.000,00€ (valor residual– eventual revisão preços);**
- “PARU 2.5 - Largo do Terreiro da Cavalaria (Remodelação Funcional e Paisagística)”, **com dotação anual de 604.297,30 €;**
- “PARU 2.7 - Qualificação do Espaço Público da Margem Direita do Rio Tâmega entre o Jardim Tabolado e a Ponte S. Roque”, **com dotação anual de 740.104,44€;**
- “PARU 2.8 - Reabilitação e Ampliação do Parque Infantil do Jardim do Tabolado”, **com dotação anual de 476.728,40€;**
- “PARU 2.6 - Largo do Postigo (Qualificação da Zona do Postigo das Caldas), **com doação anual de 100,00€ (valor residual– eventual revisão preços);**
- “PARU 2.13 - Reabilitação do Edifício do Cine-Teatro de Chaves para instalação do Centro Multiusos, **com dotação anual de 1.457.396,25€ e 300.000,00€ para anos seguintes (2021).**

f) PAICD:

- “PAICD 3.1 - Beneficiação do Edifício do Bairro Social dos Fortes (Reab. Integral 13 Moradias da CMC)”, **com dotação anual de 456.508,57€;**
- “PAICD 3.2 - Beneficiação do Edifício do Bairro Social de Casas dos Montes”, **com dotação anual de 2.276.610,15€;**
- “PAICD 3.3 - Reabilitação do Espaço Público do Bairro Social de Casas dos Montes, **com dotação anual de 119.774,81€;**

g) PAMUS:

- “PAMUS 5 - Construção de Abrigos de Passageiros da Rede TUC”, **com dotação anual de 100,00€ (valor residual– eventual revisão preços);**
- “PAMUS 3 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Poente (lotes 4,6,8 e 12)”, **com dotação anual de 1.926.748,56€;**



- "PAMUS 2 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Nascente (lotes 1 e 5), **com dotação anual de 1.194.492,37€**";
- "PAMUS 1 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Central (lote 1,2,3,9,10,11,13)", **com dotação anual de 750.774,10€**;
- "PAMUS 4 - Construção do Centro Coordenador de Transportes", **com dotação anual de 893.467,15€**;
- "PAMUS 7 - Requalificação da Av. dos Aliados (Lote 14)", **com dotação anual de 67.402,22€**.

h) PO NORTE:

- "Musealização das Termas Romanas de Chaves", **com dotação anual de 1.093.339,71€**;
- "PO NORTE - Eficiência Energética do Bairro dos Aregos, **com dotação anual de 500.000,00€ e 1.323.019,14€ para anos seguintes (2021)**;

i) PACTO CIM-AT:

- "PACTO CIM_AT - Chaves em Linha - Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos", **com dotação anual de 62.270,10€**;
- "PACTO CIM_AT - EB1 N° 1 (EB1 Santo Amaro + JI Cinochaves) + EB1 N°3 (EB1 Caneiro + JI Caneiro)", **com dotação anual de 838.961,66€**;
- "PACTO CIM_AT - Escola Secundária Fernão Magalhães", **com dotação anual de 164.480,00€**;
- "PACTO CIM_AT - Iluminação Pública", **com dotação anual de 1.296.415,85€**;
- "PACTO CIM_AT - Iluminação Pública – II", **com dotação anual de 339.505,19€ e 339.505,19€ para anos seguintes (2021)**;
- "PACTO CIM_AT - Reforço de Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios CIVIL (diminuição da carga de combustível e acesso a pontos de água) - Fase II", **com dotação anual de 8.159,00€ e 46.234,35€ a definir**;
- "PACTO CIM_AT - Edifício Principal da Câmara Municipal", **com dotação anual de 8.000,00€**;
- "PACTO CIM_AT - Edifício dos Magistrados (Magistrados I)", **com dotação anual de 6.000,00€**;
- "PACTO CIM_AT - Edifício dos Paços dos Duques de Bragança", **com dotação anual de 12.000,00€**;
- "PACTO CIM_AT - Edifício dos Magistrados (Magistrados II-DRH)", **com dotação anual de 5.768,31€**;
- "PACTO CIM_AT - Edifício Polis", **com dotação anual de 12.000,00€**;



- “PACTO CIM_AT – Edifício da ADRAT”, **com dotação anual de 5.832,04€ e 110.808,54€ a definir;**
- “PACTO CIM_AT - Biblioteca Municipal”, **com dotação anual de 35.000,00€;**
- “PACTO CIM_AT - Piscinas da Quinta do Rebentão”, **com dotação anual de 12.000,00€.**
- “PACTO CIM_AT - EB1 Jardim de Infância de Vidago”, **com dotação anual de 6.220,08€;**
- “PACTO CIM_AT - Escola EB 2,3 de Vidago”, **com dotação anual de 10.000,00€ e 279.465,00€, a definir;**

Tais investimentos, traduzem um valor total de dotação para o PPI de 2020, de **18.624.769,56€**, com uma representatividade de **77,78%**, do total das GOP's.



III – QPPO, MAPA DE EMPRÉSTIMOS, MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E MAPA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

3.1 – Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO)

O QPPO encontra-se identificado, como anexo V, ao presente relatório.

3.2 - Mapa de Empréstimos

O mapa de empréstimos encontra-se identificado, como anexo VI, ao presente relatório.

3.3 – Mapa das Responsabilidades Contingentes

A identificação e descrição das responsabilidades contingentes a que se refere a alínea a), do nº 1, artigo 46º, do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, constam do **anexo VII** do presente relatório.

3.4 – Mapa De Equilíbrio Orçamental

Considerando o artº40º da Lei nº 73/2013, de 3/set (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio orçamental”, traduz-se, no **anexo VIII**, do presente relatório, o cumprimento da regra orçamental:

- “1. Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.*
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.*
- 3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.*
- 4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.”*



IV – OUTROS DOCUMENTOS

- 4.1 - Articulado do Orçamento**
- 4.2 - Orçamento das Entidades Participadas**
- 4.3 - Mapa das Entidades Participadas – Societárias e não Societárias**
- 4.4 - Normas de Controlo Interno**
- 4.5 - Plano de Prevenção de Riscos de gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas**
- 4.6 - Mapa de Pessoal**
- 4.7 - Regulamento Interno – Descrição de Funções, Atribuições e Competências**